

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.911 - DF (2019/0135723-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MATHEUS DE LIMA FREITAS
ADVOGADO : VERÔNICA DIAS LINS - DF028051
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MATHEUS DE LIMA FREITAS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

FURTO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. CONJUNTO PROBATÓRIO COESO. INVIABILIDADE.

I - Inviável o acolhimento do pleito absolutório pela prática do crime de furto quando a condenação encontra-se fundamentada em conjunto probatório coeso, com prova oral colhida em Juízo corroborada com depoimento extrajudicial das testemunhas, restando a versão do acusado incoerente e isolada nos autos.

II - Recurso conhecido e desprovido.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 386, inciso VII, do CPP, no que concerne à absolvição por insuficiência de provas para a condenação do recorrente, trazendo os seguintes argumentos:

No entanto, com o devido acato como de estilo, a "decisum" foi aplicada de forma equivocada, contrariando legislação federal e impondo ao RECORRENTE, injusta condenação, eis que da narrativa da inicial acusatória e as provas carreadas aos autos carecem dos subsídios necessários à comprovação do crime atribuído ao RÉU. (fls. 308).

[...]

Portanto, à míngua de provas neste sentido, o r. *decisum* não encontra respaldo no acervo probatório coligido, pois a consumação do delito não restou evidente comprovada, na medida em que não se efetivou a inversão da posse.

Consequentemente, o v. Acórdão estigmatizado, por se encontrar lastreado em premissas inverossímeis, estéreis e claudicantes, clama e implora por sua reforma, missão, esta, reservada aos Preclaros Ministros, que compõem essa Augusta Corte de Justiça.

Dessa forma, o r. *decisum* negou vigência ao artigo 389, inciso VII do

CPP, pela ausência de conjunto probatório, dessa forma, equivocando-se na análise e valoração das provas produzidas ao longo da instrução judicial. (fls. 314/315).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso, quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente